LEI COMPLEMENTAR Nº 106/2.002

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE SERRANA (COMUTRANS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER**, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE SERRANA -COMUTRANS

Art. 1º. Fica criado pela presente lei, o Conselho Municipal de Trânsito de Serrana - COMUTRANS, órgão autônomo, colegiado, consultivo, fiscalizador e deliberativo encarregado de assessorar o Poder Público em assuntos referentes ao trânsito de veículos de todos os gêneros e naturezas, bem como tráfego de pedestres.

§ 1º. Fica obrigado o Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos do Município de Serrana, a fornecer o suporte técnico e administrativo necessários ao perfeito funcionamento do COMUTRANS, conforme as determinações a serem insertas no Regimento Interno.

§ 2º. As verbas necessárias ao custeio das despesas operacionais do COMUTRANS deverão integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária e o Plano Plurianual.

Art. 2º. O COMUTRANS é órgão permanente, autônomo e não jurisdicional, estando suas atividades restritas à competência territorial do município de serrana.

SEÇÃO II DA CONSTITUIÇÃO

Art. 3º. O COMUTRANS será constituído por membros representativos da sociedade civil organizada, de forma abrangente, a serem escolhidos entre os seguintes segmentos governamentais, empresariais, e da comunidade:

- I. um membro do Executivo, indicados pelo Prefeito Municipal, com a função de órgão de assessoria técnica;
- II. quatro membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo, escolhidos entre pedestres, ciclistas, motoristas e outros munícipes ;
- III. um membro indicado pelo Legislativo, por intermédio do Presidente da Câmara Municipal;
- IV. um membro indicado pela associação das auto-escolas e despachantes;
- V. um membro indicado pela Associação Comercial e Industrial;

- VI. dois membros indicados pelas entidades de classe de condutores autônomos, legalmente reconhecidas pela municipalidade;
- VII. um membro indicado por empresa permissionária do transporte coletivo urbano;
- VIII. um membro indicado pelo CIRETRAN;
- IX. um membro indicado pelo 43º BPM/I;

§ 1º. As indicações deverão ser encaminhadas ao Executivo Municipal, no prazo máximo de trinta dias, a contar da publicação da presente Lei Complementar.

§ 2º. A entidade ou órgão responsável pelas indicações deverá convalidá-las ou alterá-las anualmente, ressalvados os membros ocupantes de função da Diretoria do COMUTRANS.

Art. 4º. A Diretoria do COMUTRANS será composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Ouvidor e Tesoureiro, escolhidos por escrutínio secreto, para um mandato de 02 (dois) anos, nos termos a serem determinados pelo Regimento Interno.

§ 1º. As eleições para a Diretoria deverão ser realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da posse dos membros indicados pelos segmentos governamentais, empresariais, e da comunidade, de que trata o art. 3º.

§ 2º. As atribuições e obrigações dos membros da Diretoria serão definidos pelo Regimento Interno.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

Art. 5º. Compete ao COMUTRANS, nos termos da legislação pertinente:

- I. reunir pesquisas, estudos e projetos originários de diversas entidades de classes, associações que representem a comunidade e órgãos públicos municipais, estaduais e federais, preparando e sistematizando a documentação necessária à exata identificação das tendências do trânsito de veículos de todos os gêneros e naturezas e tráfego de pedestres no município;
- II. propor medidas e opinar, com base nos estudos mencionados no item anterior, sobre o plano diretor do município assim como sobre todas as leis a ele complementares e suas eventuais revisões;
- III. propor medidas e opinar sobre a lei de zoneamento urbano e diretrizes suplementares de uso e ocupação do solo do município, no tocante ao trânsito e circulação de veículos de todos os gêneros e naturezas e ao tráfego de pedestres;
- IV. participar da elaboração dos processos licitatórios de permissão de exploração dos serviços de transporte urbano e dos relacionados com a criação de novas vias públicas;

- V. oferecer sugestões ao executivo municipal no tocante às alterações no sistema de tráfego nas vias públicas, em especial quanto à sinalização, permissão de estacionamento, horários e locais para cargas e descargas, pontos de táxi, de ônibus e de veículos de transporte alternativo de passageiros, tudo na busca da otimização da segurança no trânsito municipal e da prestação dos serviços afeitos;
- VI. firmar convênios com técnicos e entidades especializadas na realização de palestras, simpósios e congressos sobre a problemática do trânsito;
- VII. realizar, com a participação do Departamento Municipal de Educação, campanhas sócio-educativas nas escolas da rede municipal de ensino;
- VIII. fiscalizar e participar da execução das determinações contidas na Lei Municipal nº 885/2001, a qual regulamenta o serviço de transporte alternativo municipal de passageiros, em especial pelas atribuições de:
 - a. expedir, juntamente com o Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos do Município, atos normativos com a imposição de condições do veículo para a expedição do Certificado de Registro da Autorização Municipal;
 - b. expedir, juntamente com o Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos do Município, atos normativos com a imposição de condições ao permissionário da autorização municipal, para a exploração do serviço de transporte alternativo;
 - c. expedir, juntamente com o Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos do Município, atos normativos para a aprovação de adesivo padronizado, sugerido pelas entidades de classe, a ser usado nos veículos cadastrados;
 - d. fiscalizar o respeito às exigências impostas aos veículos em uso no serviço de transporte alternativo, nos incisos “I” a “X”, do artigo 13;
 - e. determinar, juntamente com o Departamento de Obras, Viação e Serviços Urbanos e com as entidades de classe legalmente reconhecidas pela municipalidade, a localização dos pontos e terminais e a programação dos itinerários com a frequência das partidas, que deverão obrigatoriamente ser cumpridos pelos permissionários da autorização municipal e por seus motoristas auxiliares;
 - f. expedir e dirigir ao Executivo Municipal, parecer fundamentado sobre o valor da tarifa a ser cobrada;
 - g. participar, por seu Presidente, por membro escolhido por este ou por membro escolhido pela votação da maioria, conforme o caso, da comissão de julgamento das infrações e dos recursos interpostos contra as penalidades impostas;
- IX. elaborar o seu regimento interno.

SEÇÃO IX DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º. O COMUTRANS se reunirá, ordinariamente, para discussões e deliberações em periodicidade a ser estabelecida pelo Regimento Interno, não podendo esta ultrapassar ao intervalo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. As motivações e forma de convocação das reuniões extraordinárias serão definidas no Regimento Interno.

Art. 7º. O local de funcionamento e realização das reuniões será cedido pela Prefeitura Municipal, conforme suas possibilidades operacionais e orçamentárias, mediante solicitação prévia do Presidente do COMUTRANS.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. O COMUTRANS deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da posse da Diretoria eleita, elaborar o Regimento Interno, que será homologado por decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único. O Regimento Interno deverá, além das contemplações previstas na presente Lei:

- I. definir os casos e forma de substituição de membro da Diretoria e Conselheiros;
- II. dispor sobre a vacância e perda do mandato de membro da Diretoria e Conselheiros;
- III. estabelecer a organização das Câmaras e Comissões;
- IV. prever e disciplinar o acesso dos cidadãos às reuniões plenárias, com direito à palavra;
- V. forma e legitimidade para a deflagração das reuniões extraordinárias;
- VI. definir a forma de arrecadação de recursos junto a entidades de direito privado e organizações não governamentais, com a correspondente prestação anual de contas.

Art. 9º. O Chefe do Poder Executivo local indicará a Diretoria provisória, tomando-se por base a composição do COMUTRANS, conforme estabelecido no art. 3º, sendo que esta Diretoria provisória terá seu mandato findo com a eleição e posse da diretoria eleita.

Art. 10. Serão obrigatoriamente publicados na imprensa:

- I. os nomes dos conselheiros indicados e que formarão COMUTRANS;
- II. as alterações ou ratificações anuais da formação do conselho;
- III. os nomes e as respectivas funções dos membros do conselho eleito que formarão a Diretoria do COMUTRANS;
- IV. a data, o horário, o local e as matérias que formarão a ordem do dia das reuniões extraordinárias;
- V. prestação anual de contas;

§ 1º. As publicações obrigatórias serão custeadas pela Prefeitura Municipal, cumprindo ao Executivo a competente inclusão da despesa nas previsões orçamentárias próprias;

§ 2º. O custeio da publicação na imprensa das demais deliberações, decisões, campanhas e comunicados do COMUTRANS, será previamente solicitado pelo Presidente, estando condicionada ao deferimento do Prefeito Municipal.

Art. 11. O exercício da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
09 de abril de 2002.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL